

A emergência da revista Brasília da Universidade de Coimbra. Memória, História e Política

ELIO CANTALICIO SERPA

Universidade Federal de Goiás. CNPq

Em 1942, o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de Coimbra criou a *Revista Brasília*. Uma revista de cunho acadêmico e institucional, diferenciando-se de outras na sua concepção e destinada a um público específico. A publicação contou com o apoio do Instituto para a Alta Cultura da Propaganda Nacional, da Era Salazarista e o Brasil se constituiu em interlocutor básico. As preocupações fundamentais da *Revista Brasília* giraram em torno de questões relacionadas com a língua, com a história e com a literatura. O que se pretende neste artigo é dar visibilidade às condições de emergência da referida revista.

Palavras-chave: *Revista Brasília*, Portugal, Brasil

In 1942, the magazine *Brasília* was made up by the *Instituto de Estudos Brasileiros*, a department at *Universidade de Coimbra*. Of academic and institutional contents, this magazine was different from the other magazines due to its conception and also because it was aimed to a specific public. This publication was sponsored by the *Instituto para a Alta Cultura da Propaganda Nacional*, an institution from the Salazar's government, and Brazil became a basic interlocutor. The main issues in the magazine were those related to language, history and literature. Thus, the foremost purpose here is to enlighten the conditions in which the *Brasília* magazine emerged.

Key words: *Revista Brasília*, Portugal, Brazil

A revista *Brasília* foi uma publicação do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de Coimbra. Surgiu em 1942 e tinha como objetivo específico manter e estimular as relações culturais entre Brasil e Portugal. A publicação do primeiro volume contou com o apoio do Instituto para a Alta Cultura e do Secretariado da Propaganda Nacional (órgão da Era Salazarista) e, em suas edições, o Brasil constituiu-se interlocutor básico. As preocupações fundamentais referem-se, nos primeiros números até 1950, à questão da Língua, da Literatura e da História, mas não se limitam a isso.

É uma revista de cunho acadêmico e institucional,¹ diferenciando-se na sua conceção de outras e destinada a um público específico. A revista *Brasília* apresenta ao leitor dois lugares de produção de textos muito explícitos: um ocupa-se da publicação de artigos sobre Brasil e Portugal e o outro destina-se à crítica sobre a produção intelectual brasileira e também portuguesa. Aparecem publicações de relatos de viagens de estudos feitas por estudantes brasileiros a Portugal e de estudantes portugueses à Universidade de São Paulo, de documentos referentes ao passado histórico brasileiro, de discursos de brasileiros que visitaram a Universidade de Coimbra, de relatos de comemorações e homenagens.

O objetivo deste texto é fazer uma incursão nas condições de emergência da revista *Brasília*, demonstrando que a sua publicação está relacionada com a experiência política autoritária vivenciada em Portugal e, com o Brasil, pela sua condição de ex-colônia. Em época de nacionalismos, autoritarismos e colonialismos exacerbados, a produção da revista poderá ser lida dentro do campo de forças, no qual Portugal difunde o discurso de criador de uma língua e de produtor de narrativas geradoras de nacionalidades, gerando embates na forma de constituição de signos de distinção e de controle.

O título *Brasília*, como sublinha a explicação de A. Pinto de Carvalho (1943a: 54), tinha uma longa tradição de uso. Afinal, a notoriedade

1 Caracterização utilizada por Martins (2001).

dos fatos, em tempos de nacionalismos, assentava-se na autoria reconhecida, na longa tradição e, quanto mais afastado no tempo, maior era seu significado histórico, tornando-se inquestionável sua significação para a produção de valores. O passado e sua autoria davam notoriedade ao título: pois o nome Brasília, dizia o articulista, figurara «no poema do padre José de Anchieta, *De Rebus Gestis Mendi de Sá Praesidis in Brasilia*», isto é, no primeiro poema épico composto na América, mas, conjecturava ele, que «anteriormente a ANCHIETA, outros latinistas da época houvessem empregado o vocábulo latino *Brasilia*, nomeadamente os seus confrades, em documentos oficiais da Ordem» (*ibidem*). E Carvalho acrescentava:

o termo *Brasília* figura desde 1520 no *Globo* de SCHONER, no qual a América é designada com a legenda *América uel Brasília siue papagalli terra* – ‘América ou Brasil ou terra dos papagaios’... Interessa-nos, sim, registrar a forma latina do vocábulo, inteiramente de acordo com o gênio da língua do Lácio. É provável que antes de 1520 essa forma haja sido empregada por algum escritor, pelo que apontamos a data de 1520 sob muita reserva.

A resposta para a dúvida que pairou sobre a escolha do título engendrou a possibilidade de indicação de motivos que lhe davam legitimidade ao direcionar o leitor para o uso do nome no tempo datado e para as “vozes autorizadas” que o empregaram. Num desses casos, um expoente do catolicismo e da catequização do índio, Anchieta, cujo labor para a grandeza de Portugal e do cristianismo transformou-o em filho dileto. Considere-se, ainda, que o tempo da publicação da revista *Brasília* é tempo de produção de boas origens; daí cantar-se a matriz tão cultivada que deu origem à língua portuguesa: «a forma latina do vocábulo de acordo com o gênio da língua do Lácio» (*ibidem*).

A revista *Brasília*, produzida pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, traz como um dos pressupostos de sua atuação «ver o outro nos próprios olhos» (Fi-

gueiredo, 1943: 4). Esse olhar tem especificidades e é especializado. Sabemos que o Iluminismo propôs uma pedagogia do olhar e do bem olhar. Em decorrência, fomos treinados para saber ver. Evocamos para isso olhares especializados, como o do filólogo, do historiador, do geógrafo, do médico, do educador, entre outros. Como foi dito, sobressai na revista a crítica, o que se conjuga firmemente com postulados da Filologia, pois, se o olhar do filólogo remonta à Antiguidade Clássica e, ao longo dos séculos, houve alteração em seu significado e função, o *metier* do filólogo foi sempre polissêmico: ele jamais deixou de ser um especialista qualificado para ler, ver, ver bem e avaliar. Para os filólogos da revista *Brasília*, interessava a filologia românica, que, segundo Edward W. Said (2007: 115),

deriva suas idéias metodológicas principais de uma tradição principalmente alemã de interpretação que inicia com a crítica homérica de Friedrich August Wolf (1759-1824), continua com a crítica bíblica de Hermann Schleiermacher, inclui algumas obras mais importantes de Nietzsche (filólogo clássico por profissão) e culmina com a filosofia muitas vezes laboriosamente articulada de Wilhelm Dilthey.

A filologia, em época de nacionalismos, assentou sua prática na elaboração de críticas e procura de fontes antigas sobre diferentes manifestações culturais, notadamente a literatura, para nela perceber o gênio de um povo, sua originalidade, atribuindo e conferindo grandeza à nação (Schama, 1996: 85-143). Disso resulta que a produção de críticas, cujo objeto, segundo Barthes, não é o mundo, mas é um discurso sobre outro discurso, é uma linguagem segunda ou metalinguagem que se exerce sobre uma linguagem primeira. Sua tarefa não é descobrir verdades, mas somente validades. A crítica não é uma homenagem à verdade do passado, ou a verdade do outro, ela é construção da inteligência de nosso tempo (Barthes, 2007: 160-1). Em que medida as chamadas críticas constantes na revista *Brasília* atendem a essa expectativa de crítica? Não parece adequado equipará-las. Mas é possível encará-las como sendo próprias do modo português de lidar com a filologia e produzir textos

adequados aos pressupostos tomados por eles, portugueses, como peculiares à contemporaneidade, emaranhados, evidentemente, com a política de seu tempo, embora dizendo-se neutros ou imparciais. Entretanto, a crítica portuguesa sobre a produção intelectual brasileira encaminha-se para a avaliação, conferindo estatuto de veracidade ou não ao discurso do outro. Nesse afã, a revista *Brasília* constituiu suporte básico de poder e fixação de memória, adquirindo conotação política nas tramas da constituição do V Império português, com seus mitos, com a *política do espírito*, com a Universidade de Coimbra em tempos de autoritarismo e o significado do passado português para o Estado Novo brasileiro.

II

A crítica é um discurso que denota a inteligência do tempo em que foi produzida. Era, então, o tempo de uma intelectualidade soberbamente defensora do colonialismo, herdeira de uma cultura histórica tributária da obra colonizadora do império português, profundamente atingida pelo descaso que a Europa (Inglaterra, França, Alemanha) tributava a Portugal e instigada pelo ufanismo salazarista a alçar-se como arauto da civilização, tendo o passado e a língua como carro chefe de suas glórias.

A revista *Brasília* emergiu em momento marcado e delineado no campo das ideias por matrizes ligadas ao autoritarismo, cujas expressões máximas eram o nazismo ou o fascismo, contudo não se quer dizer que houvesse somente esses campos e unanimidade de preferência por essas vertentes. No campo das ideias, marxismo, liberalismo, anarquismo e autoritarismo, em suas diferentes colorações se engalfinhavam e ou se instalavam como modo de ler, representar e fazer o mundo ocidental. Nem mesmo os intelectuais que escreviam suas críticas na revista *Brasília* filiavam-se, na sua totalidade, às perspectivas políticas autoritárias. O crítico Almeida e Silva (1943: 918-919), ao avaliar o trabalho de J. de Mattos Ibiapina intitulado *O Brasil de Ontem e de Hoje*, registrou que «a crise que o autor diz que o Brasil atravessa, não é peculiar apenas ao Brasil, mas sim um fenômeno geral e a Europa constitui-se em teatro de experiências dolorosas em busca de um rumo político e social definido»,

concluindo que

para debelar esta crise, política e social, crise de inteligência e de dignidade, os povos se entregaram cegamente aos ditadores, com poderes ilimitados, para os livrarem da anarquia e do comunismo, mas a reação foi de tal modo exagerada que caíram na estatolatria, no culto de filosofia da força e na deificação do homem.

Parece que a academia respaldada pela conotação científica possibilitava a alguns um olhar mais crítico em relação ao mundo que os cercava. É preciso atentar para o fato de que o dispositivo cultural do Estado Novo montado a partir de 1933, com o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), atribuiu um «papel periférico e subalterno ao saber acadêmico e à cultura científica e universitária, chamada a avalizar e legitimar os grandes lances da propaganda» (Rosas, 1995: 1033-4). Percebe-se que os críticos procuravam se ater à análise das obras enviadas pelos autores ao Instituto de Estudos Brasileiros sem se imiscuir em situações do presente ou que escapassem ao escopo do trabalho, exceção à crítica feita por Almeida e Silva. Contudo, as chaves utilizadas para avaliar a produção brasileira, em sua maioria, demonstram que o ato de «avalizar e legitimar lances de propaganda» eram constantes na escrita da intelectualidade coimbrã presente na revista *Brasília*.

O primeiro número da revista traz uma apresentação do cardeal Patriarca (1942: 3), mentor espiritual do salazarismo, onde dizia: «o Brasil toma consciência de si próprio, fiel à sua formação histórica e aberto às mais audaciosas conquistas do progresso – saúdo nele o herói dessa América cristã ...». Mário de Figueiredo, defensor das ideias de Antônio de Oliveira Salazar, fez uma pequena apresentação na qual registrou que «Portugal e Brasil –que foram um só povo, são comandados pelo fundo da mesma história e do mesmo sangue.... As duas civilizações não podem ser divergentes: só podem ser paralelas» (1943: 4). Por último, coube a J. da Providência Costa (1942: 4), diretor da Faculdade de Letras, apresentar os objetivos da revista *Brasília*. Afirmava, então, que

esta tinha por finalidade

estreitar as relações culturais entre Portugal e o Brasil, quer divulgando no império português nomes ilustres do país irmão, quer contribuindo para o conhecimento do mundo brasileiro e dos seus valores e para esclarecimento de problemas históricos, literários ou científicos referentes ao Brasil e às suas plurisseculares relações com Portugal.

O propósito inicial da revista *Brásilia* inscreve-se num contexto muito próximo da relação de poder advinda de um passado –ex-metrópole/ex-colônia–, acentuadamente quando afirma sua condição de esclarecedor de problemas históricos, literários e científicos, enfatizando a ideia de que as “duas civilizações não podem ser divergentes” e de que o Brasil é “fiel à sua formação histórica” –pressupostos assentados numa tradição de cunho colonialista e de quem se alça à condição de construtor do “Quinto Império”, experiência vivida durante a Era Salazarista.

No entendimento de Fernando Rosas, o salazarismo reelaborou o conceito de Império, que passou a ser uma entidade natural-organicista, ou seja, um corpo com suas várias funções e uma cabeça (a metrópole); uma família unida na diversidade dos seus membros sob a autoridade natural do chefe que a guia, protege e ajuda, do qual há de receber as contrapartidas que lhe são devidas. O Império aparece como ser ontológico e como realidade transtemporal inerente à essência orgânica da Nação, como imperativo da raça e redescoberto por meio do encontro que o Estado Novo operava na nação, isto é, com o seu passado heróico. Dessa conceção, resultava uma dupla dimensão político-prática consagrada no Ato Colonial e na Constituição, qual seja: a) centralização administrativa e financeira da política colonial no governo metropolitano e no ministério das colônias; b) nacionalização da exploração colonial e reforço da política do pacto colonial, amenizado pela preocupação equilibrante do regime entre os interesses econômicos metropolitanos e os da burguesia colonial (Rosas, 1995: 21-2).

O jornalista Augusto Costa, em 1937, abordou a questão do Impé-

rio na revista *Nação Portuguesa*, apelando para o apoio dos intelectuais à ideia de “Quinto Império”, enfatizando a necessidade fundamental de uma obra de cultura e de direção das massas por um escol consciente e ordenado. Para tanto, lançou os “Dez Imperativos do Quinto Império”. Entre os dez imperativos, o autor cita o Brasil e anuncia o papel de Portugal no sentido de controlar e dissipar tudo o que for contrário aos seus interesses, dizendo que:

1- ‘Para assegurar a perenidade do Império, Portugal tem de estreitar cada vez mais as suas relações com as províncias ultramarinas e colônias distantes, procurando que o Brasil seja, do outro lado do Atlântico, o depositário e continuador da civilização portuguesa’. 2-É preciso combater, na arte, no pensamento, na literatura, todas as idéias e todos os sentimentos que contribuam para a degenerescência do caráter português e aplaudir todas as manifestações literárias e artísticas que contribuam para o fortalecimento do nosso caráter e para a grandeza do império. (Costa, 1934: 191-192)

Pode-se inferir que a revista *Brasília* olhava o Brasil como exemplo da capacidade administrativa e cultural de Portugal, que deveria ser glorificado pelos brasileiros e portugueses, funcionando como panóptico, garantindo o fortalecimento do caráter e grandeza do império às custas do combate ostensivo a qualquer forma de “degenerescência”. O Brasil era visto como continuador das tradições portuguesas no além-mar, seria o espelho cuja imagem refletida glorificava as ações político-administrativas de Portugal ao longo de sua história colonialista. “Ver o outro nos próprios olhos” implica a aplicação de uma pedagogia do olhar. Aplicavam, certamente, a máxima iluminista de que «não se vê sempre o que se olha, mas se olha sempre o que se vê» (Rouanet, 1988: 148). Para Rouanet, a frase contém uma exigência normativa implícita: anuncia que nem sempre se vê tudo o que se olha, que a parcialidade do olhar é imperfeita, anômala, deficitária, e o ideal seria a visibilidade irrestrita. Há uma prescrição em curso: é preciso ver tudo. Mas a prescrição contém uma proposição normativa: é preciso olhar corretamente

o que se quer ver (*ibidem*: 125-48). Na relação materno-familiar, o olhar sempre aponta para o cuidado do outro, atropelando a autonomia completa. O filho (Brasil) aprenderia a olhar como e com o pai (Portugal). O iluminismo orientou a prática do olhar e, a partir daí, emergiram suportes técnicos para colocar em uso a estratégia do bem olhar para conhecer, controlar, educar, dispor. Se os jornais parecem ter-se constituído em panópticos multipresentes, instituindo condutas e sociabilidades no interior da sociedade, a *Brasília* segue a trilha e dirige-se a um público específico, o universitário. Para olhar e bem controlar a preservação da tradição histórica, esteve sempre em destaque, na revista, o discurso do legado: os portugueses, católicos, trabalhadores e despidos de preconceitos raciais legaram aos brasileiros sua “índole”, e isto justificava a continuidade de Portugal no Brasil, fortalecendo «a comunidade rácica que é espiritual, cristã e civilizadora» (Cayola, 1942: 23).

A Universidade de Coimbra, emblema que fora do poder político cultural português no governo de Salazar, constituir-se-á em espaço de produção de memória dos tempos áureos ressignificados para atender os interesses do presente. Desta Universidade, saíram Salazar e muitos outros que transitavam na esfera do poder, constituindo suportes básicos da política cultural e colonial do império português salazarista. Reis Torgal registra que Salazar, em uma sessão realizada em Lisboa no Teatro São Carlos, de iniciativa da Associação Escolar Vanguarda, afirmou: «quando se pensava que a ditadura tudo esmagaria numa aventura de violência militar, vê-se o governo quase exclusivo do professorado superior, a força a servir a justiça, a improvisação a ceder definitivamente o passo à preparação científica» (qtd. in Torgal, 1999a: 107). Para esse autor,

surgia, assim, um Estado nacionalista assente na idéia de império, neste caso um império colonial já existente, que se considerava necessário conservar, pois era tido como um elemento de identificação da nacionalidade lusitana, civilizadora, ocidental, cristã. O militarismo, próprio do tempo, como em todos os fascismos com a defesa da pátria e com uma militância anticomunista, tem como componente a idéia de Impé-

rio forjado pela tradição histórica, cujos símbolos de referência são a bandeira de D. João I, a cruz de Aviz ou a Cruz de Cristo.

Na Era Salazarista, o Instituto de Estudos Brasileiros, na Universidade de Coimbra, surgiu diante do imperativo da «necessidade de aumentar e dirigir melhor a ação cultural brasileira exercida entre nós». A criação foi uma proposição do doutor Providência Costa dirigida ao Conselho da Faculdade de Letras, em 3 de fevereiro de 1941, solicitando que a Sala do Brasil, solenemente (re)inaugurada em 7 de dezembro de 1937,² passasse a ter o nome e as funções de Instituto de Estudos Brasileiros, sendo definido que o

Instituto de Estudos Brasileiros, além de iniciar a publicação da Revista Brasília, de enriquecer o acervo bibliográfico, promoveria conferências de professores eruditos, homens de ciência e de letras de Portugal e do Brasil sob os mais variados aspetos da vida, da história, da literatura e da cultura brasileiras para incrementar o intercâmbio luso brasileiro. (Carvalho, 1943b)

Para Lúcia Pascoal Guimarães (2009), a Sala do Brasil constituiu um marco simbólico e continha um jogo de estratégia política: para o governo brasileiro, representado por Vargas, significaria reverter o quadro de isolamento intelectual. A Sala constituía um lugar apropriado para expor ao Velho Mundo os avanços alcançados em um país jovem e culto. Para o Estado Novo português, ficaria demonstrada sua capacidade colonizadora diante das contestações de países imperialistas. Além disso, embora houvesse outras salas na Faculdade de Letras (todas relacionadas a países europeus, em função das línguas e culturas estrangeiras), a Sala do Brasil, na Universidade de Coimbra, constituía uma espécie de vitrine para suas colônias na África, que poderiam constatar a competência civilizadora do povo português (Guimarães, 2009: 150). A transformação da Sala do Brasil em Instituto de Estudos Brasileiros

2 Sobre a Sala do Brasil, ver Guimarães (2009).

reafirmaria tudo o que foi dito e, para o Brasil, significaria ainda adquirir *status* de igualdade com outras nações desenvolvidas (França e Alemanha) que dispunham não de sala, mas de institutos.

A criação do Instituto de Estudos Brasileiros, ao se constituir em espaço de apresentação de conferências, de preservação de acervo bibliográfico, de produção bibliográfica, de tomada de assento na definição de disciplinas e conteúdos referentes à História e Cultura brasileiras, trazia também o desejo de colocar em evidência o caráter científico das navegações e a importância de Portugal como país descobridor de mundos e civilizador, a partir de uma ação deliberada, vincada pela racionalidade no uso da técnica de bem navegar e conquistar. Jaime Cortesão (1930), na revista *Seara Nova*, escreveu um artigo no qual procura mostrar o papel de Portugal no mundo com a divulgação da ciência náutica, concluindo que os descobrimentos «não provocaram apenas o alargamento no mundo físico e econômico, mas no do espírito. Assim, todas as nações marítimas e colonizadoras que desde o século XVI seguiram o exemplo de Portugal aprenderam na escola náutica portuguesa» (1930: 130-159).

Associada à questão da instituição do V Império, estava a “Política do Espírito”, tendo como grande idealizador António Ferro que, juntamente com António de Oliveira Salazar, encetou uma série de práticas relacionadas à cultura e destinadas à situação interna do país³ e, também, externa, notadamente para suas colônias e ex-colônia (Brasil).⁴ É bem verdade que a “política do espírito” inspirou-se nos aportes do modernismo, mas satanizou muitos de seus aspetos, especialmente aqueles que se opunham às formas tradicionais de representação do modo de ser português. Segundo Fernando Catroga (1998: 580),

a política do espírito foi o primeiro tentame, entre nós, de levar por diante uma política cultural totalizadora, em que tudo o que era da ordem do signifiante (paisagens, monumentos, folclore, festas cívicas, produções artísticas propriamente ditas) passou a ser mediado por uma

3 No que se refere a esse tipo de prática, ver Torgal1999b: 401-420).

4 Ver Paulo (2001)

idéia diretora que pretendia unificar as suas significações, em ordem a coadjuvar as ações tendentes a conciliar as contradições internas e a fazer aceitar o Estado Novo como o artífice de uma autêntica aleluia nacional. Com efeito a sensibilidade estética de Ferro, formada nas águas do modernismo, trouxe à propaganda do Estado Novo uma animação cultural dirigida por quem sabia que a forma também é conteúdo.

Política do espírito e institucionalização do V Império, no seu nascedouro, imbricavam-se e geravam práticas na forma de campanhas, decretos, leis, propagandas e rituais com o intuito de levar os portugueses à redescoberta do mito de sua grandeza por meio de atos concretos como: reforma da Agência Geral das Colônias (1932), fundação da revista *O Mundo Português* (1934), publicação da Carta Orgânica do Império Colônia Português (1934), reforma da administração ultramarina e do próprio Ministério das Colônias, primeira exposição colonial portuguesa (Porto, 1934), I Congresso de Intercâmbio Comercial com as Colônias, fundação do Arquivo Histórico Colonial e restauração do Conselho do Império Colonial (Catroga, 1998: 581). Após estes primeiros empreendimentos, seguem-se, em anos posteriores, uma série de eventos que davam continuidade ao ideário do V Império e da política do espírito, acentuando seu caráter repressivo e expansionista.

António Ferro, expoente do modo de ser moderno, repensa o seu estatuto durante o Estado Novo, propondo:

Política do Espírito não é apenas ... fomentar o desenvolvimento da literatura, da arte e da ciência, acarinhar os artistas e os pensadores, fazendo-os viver uma atmosfera em que lhes seja fácil criar. Política do Espírito é aquela que se opõe, fundamental e estruturalmente, à política da matéria. Política do Espírito, por exemplo, neste momento que atravessamos, não só em Portugal como no mundo, é estabelecer e organizar o combate contra tudo o que suja o espírito, fazendo o necessário para evitar certas pinturas viciosas do vício que prejudicam a beleza, como certos crimes e taras ofendem a humanidade, a felicidade do homem. Defender a Política do Espírito é combater sistematicamente,

obra da vida ou obra de arte, tudo o que é feio, grosseiro, bestial, tudo o que é maléfico, doentio, por simples volúpia ou satanismo! (Ferro apud Torgal, 1999b: 406)

A revista *Brásilia* emergiu no turbilhão de práticas criadas para fomentar a “política do espírito” e, como uma entre tantas manifestações dessa política, parece levar a cabo o pressuposto de «estabelecer e organizar o combate contra tudo o que suja o espírito». Ora, se o “espírito” da nação portuguesa se expressava mediante seu passado glorioso a serviço da civilização, da expansão do catolicismo, da criação de nacionalidades, a produção das críticas, na revista *Brásilia*, chamou para si a responsabilidade de olhar a produção bibliográfica brasileira mediante critérios que expressassem a validade científica vigente no momento, mas o acento destacado nas tintas do crítico era a afirmação do “espírito grandioso” português e a censura a qualquer desvio. Não resta dúvida de que os críticos levaram a cabo o ideal de que «defender a Política do Espírito é combater sistematicamente, obra da vida ou obra de arte, tudo o que é feio, grosseiro, bestial, tudo o que é maléfico, doentio, por simples volúpia ou satanismo» (*ibidem*: 406).

O grosseiro, o bestial, o maléfico, o doentio, antes de ser uma questão a ser combatida pela estética peculiar da expressão artística da época, era o banimento de tudo que contrastasse com os pressupostos ou mitos do autoritarismo salazarista. Fernando Rosas (1995) elenca sete mitos fundadores do Estado Novo, a saber: a) **mito palingenético**: relacionado com o mito do recomeço, da regeneração, da renascença portuguesa essencial para o Estado Novo superar a “decadência nacional” precipitada desde muito tempo pelo liberalismo monárquico e do seu paroxismo republicanista; b) **mito central da essência ontológica do regime ou mito do novo nacionalismo**: o Estado Novo configurava-se como a institucionalização do destino nacional, a materialização política no século XX de uma essencialidade histórica portuguesa mítica. O modo político de atuação típico do liberalismo deveria ser sepultado para sempre das páginas da história portuguesa; c) **mito imperial**: tributário da tradição republicana e monárquica anterior, no seu duplo aspeto

de vocação histórico-providencial de colonizar e evangelizar; era a continuação da gesta heróica dos nautas, dos santos e cavaleiros; d) **mito da ruralidade**: a essência de Portugal estava no meio rural. É nesse meio que estão as verdadeiras qualidades da raça e de onde se construiria o ser nacional; e) **mito da pobreza honrada**: Portugal era essencial e incontornavelmente pobre pelo fato de ser um país com destino rural; f) **mito da ordem corporativa**: segundo o autor, pode ser definida pela máxima: “Um lugar para cada um, cada um no seu lugar”. Desse mito, resultava uma visão infantilizadora do povo português, gente conformada, respeitadora, doce, algo irresponsável e volúvel, mutável nas suas opiniões, sonhadora, engenhosa mas pouco empreendedora, necessitando da tutela atenta do Estado; g) **mito da essência católica da identidade nacional**: contém a idéia de que a religião católica é elemento constitutivo do ser português, sendo definidor da nacionalidade e da sua história (Rosas, 2001: 1033-9).

A “política do espírito” em Portugal assentava-se nesses mitos, gerando as condições para que esses se pudessem disseminar de uma maneira concisa e compatível com o ideário, mas também suscitaram cisões, necessárias, muitas vezes, para evidenciar o inimigo e melhor combatê-lo. As críticas produzidas na revista *Brasília* faziam circular esses mitos e garantiam a observância do seu conteúdo, execrando tudo o que fugisse a essa dinâmica, como se verá adiante. O modo de ser do Estado autoritário instituía uma escrita política crivada desses mitos/valores. Nesse sentido, é oportuno o que diz Barthes (2000: 23-24) sobre o assunto:

não há dúvida de que cada regime possui a sua escrita, cuja história ainda está por se fazer. A escrita por ser a forma espetacularmente engajada da palavra, contém ao mesmo tempo, por uma ambigüidade preciosa, o ser e o parecer do poder, o que ele é e o que ele queria que se acreditasse que fosse.

Os nacionalismos vigentes no século XX propugnam por uma incessante busca de autonomia cultural que desembocou na constituição

e afirmação da identidade e do gênio nacional. São reflexões trabalhadas por uma imensa quantidade de escritas peculiares a regimes autoritários e nacionalistas e que balizam a produção de suportes culturais para dar conta a seus intentos. Foi então em decorrência desses processos de afirmação de identidades nacionais que se consolidou um conjunto de instituições políticas com o papel de celebrar e de preservar os valores e os símbolos inscritos nesse afa aglutinador e excludente do «semióforo nação» (Chauí, 2000: 11-30). Na esteira de afirmação de uma identidade nacional, também se constituíam espaços sagrados para afirmar a magnitude da intelectualidade do país. Instâncias como as revistas, os prêmios, as editoras, as academias de letras, os institutos históricos, os congressos e as exposições formam uma teia institucional fortemente relacionada com a constituição de uma cultura nacional.

III

A proximidade ideológica entre o Estado Novo brasileiro e o português deve ser tomada como problema. O desejo de Salazar de valorizar o passado colonial português voltava-se para o enfrentamento da questão colonial: doravante, não mais fazia sentido a dicotomia entre metrópole e colônia, pois pretendia-se a integração das colônias no corpo da nação (João, 2002: 693). A aproximação com o Brasil representava uma estratégia de utilização do passado colonial, no claro intuito de demonstrar o laço fraterno que unia os dois povos em uma mesma cultura, a luso-brasileira. Finalmente, pretendia-se demonstrar, na ritualização da história, que a unidade luso-brasileira poderia ser tomada como referência para a redefinição dos laços entre Portugal e suas colônias. O Estado brasileiro recebeu afetuosamente os afagos do regime salazarista, aceitando participar da Exposição do Mundo Português, em 1940, na condição especial de país-irmão, já que o Brasil foi o único país independente convidado. O empreendimento comemorativo reabria o debate acerca da presença dos portugueses na formação da identidade nacional, uma discussão complexa que acompanhou a passagem do Império à República e constituiu campo de polêmicas infundáveis (Ramos, 2001).

Retomando a ideia de que a proximidade ideológica entre o Estado Novo brasileiro e o português deve ser tomada como problema, isto se configura no entendimento que a intelectualidade brasileira tinha sobre o passado/presente. É importante asseverar que, quando falamos em intelectualidade brasileira, referimo-nos àquela que manifesta suas ideias na revista *Cultura Política* produzida no governo Vargas dentro do projeto de propaganda governamental materializado com a criação, em 1939, do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Tal órgão definia como uma de suas prioridades a publicação de um periódico com a finalidade de divulgar a proposta política do Estado Novo. É nesse ambiente que surgiu a revista *Cultura Política*, em 1941 (Gomes, 1996: 160).

Nessa revista, segundo Ângela de Castro Gomes, os intelectuais produziram reflexões acerca da significação do 'passado/presente' na construção da nacionalidade. Uma primeira significação do passado está relacionada com a ideia de um começo germinal do presente: sua origem que também é singular; antecedente que dá sentido e vida ao presente, passado vivo desvinculado de qualquer esforço de periodização, de datação; passado como tempo não cronológico, que não se remete a um calendário de fatos, de acontecimentos, de eventos. A referência a esse passado encontra-se nas experiências humanas chegadas ao tempo presente através de relatos, práticas culturais, materiais e simbólicas que constituem o acervo da comunidade. É o tempo da memória coletiva do grupo, um tempo imemorial. A recuperação dessa história se faz mediante a revitalização das fontes que guardam esse passado e que são identificadas nas tradições populares da nação. Associada a essa compreensão, estava a ideia de *espírito nacional*. Este é uma totalidade abrangente e singular que pode estar materializado no ator povo, Estado ou Nação, indistintamente. O espírito nacional é construção coletiva, identificada por intérpretes competentes e especializados (*ibidem*: 160-161).

Essa visão de passado, de certa forma, elidia o passado português como fundante da nacionalidade brasileira. Não interessava o descobrimento ou os administradores portugueses e, sim, tudo o que tivesse relacionado ao *espírito genuíno* do povo brasileiro, perscrutado por meio

do folclore e que conferia singularidade à sua formação e evolução. As narrativas abordavam epopeias e costumes regionais, a exemplo do bandeirante que será consagrado por parte da historiografia republicana como fundante da nacionalidade brasileira, dotado de bravura e originalidade.

Uma segunda significação de passado, segundo Ângela de Castro Gomes, assenta-se na tradição historiográfica, afirmando uma concepção cronológica do tempo. O passado não coexistia com o presente e não fornecia uma essência para o futuro, ele não é um passado vivo. O passado é um antecedente esclarecedor do presente e do futuro, embora não os contenha em germe ou essência. A busca desse passado constituía tarefa prioritária para o Estado novo. Isto seria feito por intermédio da recuperação de fontes caracterizadas como históricas e identificadas como documentos, fundamentalmente escritos, podendo ser visuais ou de outra natureza. O especialista responsável seria o historiador: ele se deslocaria no tempo e construiria narrativas que periodizassem a História do Brasil, dotadas de inteligibilidade, assumindo uma dimensão mais política, econômica e intelectual (*ibidem*: 162-3). Nesse sentido, a prática historiográfica implicava defrontar-se com a presença portuguesa no Brasil. Mas Portugal não tinha a certeza de que esse olhar brasileiro para seu passado significava a presença e continuidade de sua mentalidade e de seu gênio fundador na ex-colônia.

Concluindo, *Brasília* publicou uma série de artigos nos campos de Filologia, História, Geografia e Literatura. Uma leitura rápida de alguns volumes da revista permite dizer que são publicados textos com a intenção de revelar documentos ou de mostrar o papel de pessoas e instituições portuguesas na construção cultural do Brasil. A colônia é instituída como instância mítica onde se originou a nação brasileira, em que se estruturou a organização político-administrativa do Brasil. Os textos destacam o papel do catolicismo no erigir da nacionalidade brasileira por intermédio da Companhia de Jesus. A religião, segundo os princípios do Catolicismo, constitui-se em ancoradouro para o desenvolvimento do nacionalismo que se articula com o Brasil por meio do grupo ligado a Jackson de Figueiredo. Defendia-se o resgate da cristandade, que no século XVI constituiu mola propulsora e aglutinadora do

expansionismo marítimo português e dos povos que despontaram para o mundo. Esse processo era visto como princípio materno (familiar). Nele, a metrópole prepara a colônia, desde as origens, passando a ideia de que a pátria-mãe preparou com grandes esforços o “filho próspero”, que, depois de um tempo, se liberta do seu corpo físico, mas não do seu espírito. Dessa forma, a situação política de Portugal engendrou estratégias que por intermédio de diferentes práticas reforçou mitos necessários à consumação da ideia de Império que arrastava valores de caráter nacionalista, colonialista, corporativista, enredando a ex-colônia nessa saga autoritária. Isto não significa adesão total da intelectualidade brasileira aos intentos da ex-metrópole. A revista *Brasília*, como artefato cultural e político, seja nos artigos produzidos pelos intelectuais portugueses, seja nas críticas que os mesmos produziram, constituiu-se em lugar de veiculação da *política do espírito* e de produção, divulgação e enquadramento da memória nacional, tendo como referência os mitos projetados pelos ideólogos do V Império português .

REFERÊNCIAS:

- BARTHES, Roland. *Grau Zero de Escrita*. Mário Laranjeira, trad. São Paulo: M. Fontes, 2000.
- . *Crítica e Verdade*. Leila Perrone-Moisés, trad. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- CARVALHO, A. Pinto de. “A Propósito do Vocábulo Brasília.” *Revista Brasília* I, 1943^a.
- . *Apresentação*. *Revista Brasília* I, 1943b.
- CATROGA, Fernando. “Ritualizações na história.” *História da História de Portugal*: secs. XIX-XX. org. Luis Reis Torgal et al. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1998.
- CAYOLA, Júlio. *O Brasil Terra Lusitana*. N. p.: n. p., 1942.
- CHAUÍ, M. *Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária*. São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 2000.
- CORTESÃO, Jaime. “O papel de Portugal na história da civilização” In *Seara Nova* 212 (1930): 130-59.
- COSTA, Augusto. “Apologia do Império Português.” *Nação Portuguesa* X, 1934: 191-230.
- COSTA, J. da Providência. Apresentação. *Revista Brasília* I, 1942: 4.
- FIGUEIREDO, Mário. Apresentação. *Revista Brasília* I, 1943.
- GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores: a Política Cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal (org). “Nos Subterrâneos das Relações Luso-Brasileiras, Dois Estudos de Caso: o Sucesso da (Re)Inauguração da Sala do Brasil, na Universidade de Coimbra (1937) e o Fracasso do Congresso Luso-Brasileiro de História (1940)” in *Afinidades Atlânticas: Impasses, Quimeras e Confluências nas Relações Luso-Brasileiras*. Rio de Janeiro:

Quartet, 2009.

JOÃO, Maria Isabel. *Memória e Império: Comemorações em Portugal (1880-1960)*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2002.

MARTINS, Ana Luiza. *Revista em Revistas: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República*. São Paulo (1890-1922). São Paulo: Edusp, 2001.

PATRIARCA, Cardeal. Apresentação. *Revista Brasília* I, 1942.

PAULO, Heloisa. *Aqui Também é Portugal. A Colônia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo*. Coimbra: Quarteto, 2001.

RAMOS, M. B. A intimidade luso-brasileira: nacionalismos e racionalismo. *O Beijo Através do Atlântico: o Lugar do Brasil no Panlusitanismo*. Org. M. B. Ramos, Elio Serpa and Heloisa Paulo. Chapecó: Argos, 2001.

ROSAS, Fernando. “Estado Novo, Império e Ideologia Imperial.” *Revista de História das Idéias* 17 (1995): 21-22.

----. “O Salazarismo e o Homem Novo: Ensaio sobre o Estado Novo e a Questão do Totalitarismo.” *Análise Social* XXXV.157, 2001: 1033-1039.

ROUANET, Sergio Paulo. “O Olhar Iluminista.” *O Olhar*. Org. Adauto Novaes. São Paulo: Cia. das Letras, 1988: 148.

SAID, Edward. *Humanismo e Crítica Democrática*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHAMA, Simon (org.). “Der Holzzeitig: a trilha na floresta”. In *Paisagem e Memória*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

SILVA, Almeida. Crítica. *Revista Brasília* I, 1943.

TORGAL, Luis Reis. *A Universidade e o Estado Novo*. Coimbra: Minerva, 1999a..

---. “Literatura Oficial no Estado Novo. Os prêmios literários do SPN/SNI.” *Revista de História das Idéias* 20, 1999b.